

## ACORDOS MEC-USAID E OS ENSINOS DE 1º E 2º GRAUS\*

Jeimes Mazza Correia Lima\*

Universidade Federal do Ceará – jeimesmazza13@ibest.com.br

Este trabalho tem por finalidade levantar algumas discussões em torno dos acordos MEC-USAID, buscando sua relação com as reformas educacionais organizadas ao longo das décadas de 1960 e 1970, analisando o contexto econômico que permeava esse momento, além de evidenciar a presença de elementos da Doutrina de Segurança Nacional na montagem do arcabouço ideológico que deu sustentação ao regime militar instaurado em março de 1964.

A organização da estrutura educacional brasileira, no final da década de 1960, apresenta sinais claros de fazer parte de um amplo projeto reformista que não se destaca apenas no aspecto econômico, esse ambiente de reforma sinalizado pelos interlocutores do regime militar, gradualmente chega às questões educacionais, que por sinal nunca ficou descontextualizada dos grandes projetos políticos, além de envolvê-las, certamente, as legislações específicas nesse sentido dariam a conotação desejada pelo regime militar.

O processo de envolvimento da educação nas questões econômicas em alguns momentos nos remete ao plano internacional, são, portanto, reflexo de acordos bilaterais, em alguns casos, ou fazem parte de contextos mais amplos de cooperação internacional, que envolvem realidades mais profundas na relação com os níveis de escolaridade e ampliação da qualificação de mão-de-obra.

E nesse sentido que caminham alguns intelectuais ligados a essas discussões, que não dissociam as reformas educacionais de realidades internacionais, que nesse instante envolviam o Brasil. A assinatura dos acordos entre o MEC e a AID (Agency for International Development) que desencadearam os acordos *MEC-USAID* são fruto desse grau de relacionamento externo.

Esses acordos estão diretamente associados na visão de Fazenda (1985, p.56):

*Aos compromissos assumidos na Carta de Punta Del Leste, sendo uma das causas responsáveis pela assinatura de uma série de acordos entre o MEC e a AID (voltada para assistência técnica e cooperação financeira e organização do sistema educacional brasileiro).*

Assinada em 1961<sup>1</sup>, estabelecia interferência dos Estados Unidos na América do Sul, fazendo parte do amplo

projeto de financiamento norte-americano na tentativa de conter o avanço do comunismo na América. Estabelecia uma série de investimentos em várias áreas: habitação, estabilização de preços, além de criar, dentre outras metas, a eliminação do analfabetismo<sup>2</sup>.

Nos desdobramentos desses acordos foi firmada a criação de um órgão, conhecido, como Conselho Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), cujo o objetivo era de “supervisionar a implementação dessas atividades globais”.<sup>3</sup> (FAZENDA, 1985, p.57) Para a educação ficava a responsabilidade<sup>4</sup> por parte das nações de informar, para controle, o andamento das políticas públicas implementadas, com o objetivo de atender a determinações que indicavam a falta de investimentos no setor, além da elaboração de políticas educacionais capazes de resolver problemas específicos dessa área, identificados pelo CIES, como salienta Fazenda (1985, p.57):

No relatório constatou que, devido à instabilidade política de alguns países, informação estatística deficiente, pessoal técnico e meios financeiros inadequados, falta de respaldo legal, falta de coordenação nacional, estadual ou municipal, não foram elaborados planos integrais de desenvolvimento educativo.

Na tentativa de equacionar os problemas gerados pela ineficiência do poder público no que se refere à educação, o CIES chega a sugerir uma série de medidas com o tom de recomendação. Eles estabelecem sugestões que aqui merecem destaque. Reafirmam a importância dos Ministérios da Educação como órgãos gestores das políticas educacionais, sem citar em algum instante, qualquer iniciativa de ampla participação, de entidades civis ou de classe capazes de identificar os problemas e pontuando as reais necessidades da educação. A hierarquização e centralização das ações, com o efetivo controle dos setores administrativos ligados a essa área por parte do Estado, vista como “autoridade máxima”, além da abertura de cooperações técnicas nesse sentido, com a presença de peritos em educação que nos credencia a compreender os acordos MEC-USAID como uma resposta a esse “recomendação”.

Recomendações do CIES foram no sentido de:

1. Ajustamento das estruturas administrativas dos Ministérios da Educação para Assegurar a integração do desenvolvimento educativo nos planos gerais de desenvolvimento;

2. Que o órgão encarregado do planejamento integral de educação estivesse diretamente subordinado à autoridade máxima politicamente constituída;
3. Que se formasse pessoal técnico e administrativo necessário para assegurar a elaboração, implantação e avaliação dos planos educativos;
4. Que ampliasse e sistematizasse a assistência técnica por meio de peritos em educação. (FAZENDA, 1985, p.58).

O ensino médio, o que corresponderia aos ensinos de 1º e 2º graus, deveria, de acordo com as diretrizes da Aliança, representado pelos seus diversos órgãos de assessoramento, ser desenvolvido através de uma:

Reforma e extensão do ensino médio, de tal modo que uma proporção muito mais alta da nova geração tenha oportunidades para continuar sua educação geral e receber algum tipo de formação vocacional ou pré-profissional de alta qualidade. (CIES apud FAZENDA, 1985, p.59).

Dessa forma as implementações feitas pela reforma educacional de 1971, atingindo esses graus de formação, absorveram, como reflexo dessas políticas de alianças, a necessidade de dar ênfase ao ensino profissionalizante, a ser desenvolvido para os alunos do 2º grau, e ainda sendo realizado em nível de 1º grau, uma sondagem vocacional. Os acordos firmados com o MEC-USAID, dentro do contexto exposto não atuou somente sobre as questões relacionadas ao sistema de ensino, exerceu o controle sobre a publicação e divulgação de livros<sup>5</sup>.

A idéia de crise do sistema educacional parece estar presente nas análises dos intelectuais que abordam essa temática, ela tem suas raízes nos modelos econômicos aplicados na realidade brasileira, que causaram, na opinião de Romanelli (1990, p.205) dois efeitos diretos.

- a) A implantação da indústria de base, acelerada sobretudo na segunda metade da década de 50, que criou uma quantidade e uma variedade de novos empregos;
- b) A deteriorização dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média.

Romanelli defende a tese<sup>6</sup> de que o crescimento das multinacionais dentro do território brasileiro, atuando sobre

os mais diversos setores, ampliando a vida econômica nacional, mas ao mesmo tempo diversificando e, especializando-se em determinadas áreas, trouxe como resultado paralelo o crescimento de empresas menores, movimentando o setor de serviços, ligado, diretamente à organização da infra-estrutura em áreas como comunicação e eletricidade. Além da montagem de uma organização burocrática mais eficaz no controle mais efetivo desse processo, o Estado trabalha no sentido de concentrar capital, e isso acarreta na ponta a necessidade de habilitar ainda mais os trabalhadores brasileiros. Continua expondo sua argumentação defendendo a tese de que a realidade exposta acima de alguma forma ia ao encontro dos interesses da classe média<sup>7</sup>, apoiando-se em Luiz Antônio Rodrigues da Cunha<sup>8</sup>, que defendia a existência de uma classe média em dificuldades, já que os antigos instrumentos de ascensão social, como abertura de pequenos negócios ou exercício de uma atividade profissional, por conta própria, cada vez mais apresentam sinais de desgaste, isso acarretaria na corrida para as hierarquias ocupacionais<sup>9</sup> que, segundo ele, estavam em multiplicação.

O sistema econômico tende a absorver as demandas por trabalhadores, no entanto a oferta de trabalho das classes médias, em busca por ocupações, com a crescente necessidade de qualificação por parte de membros de outras classes sociais, pareciam maiores, levando o sistema educacional a entrar em crise, já que as estruturas educacionais não tinham condições de oferecer à economia recursos humanos mais qualificados para fazer frente as suas necessidades.

Essa crise é apontada por Romanelli como sendo um dos fortes motivos que levaram a assinatura dos acordos com a AID<sup>10</sup>, que de certa forma se distancia do quadro internacional levantado por Ivani Catarina A. Fazenda.

De uma forma ou de outra o final da década de 1970 marca a entrada dos Acordos MEC-USAID no cenário educacional brasileiro. Quanto mais os efeitos dessa crise se efetivavam, mais a relação de dependência ia se concretizando. A tecnocracia gradualmente avança e conquista seus espaços, estabelecendo relações de dominação. Definidas as orientações mais amplas, quer de caráter local ou internacional, as políticas educacionais seguem sua função de efetivar o controle do Estado sobre uma das áreas de maior influência na sociedade, já que lida não só com o conhecimento, mas com a organização dos meios efetivos de inserção na vida econômica. Segue uma orientação rígida, não permite, como vem sendo observado em outras reformas, a participação efetiva da sociedade, além de tornar-se mecanismo de ação direta de governos e governantes, sua flexi-

bilidade só ocorre quando o Estado necessita de formas mais eficientes de legitimação.

A relação com as transformações de natureza econômica são muito claras, mesmo que elas sofram com a ingerência política, nos permitindo concluir, que as constantes alterações nas legislações educacionais causam um grave processo de descontinuidade em relação às legislações anteriores, anulando completamente a possibilidade de se pensar que estas são fruto de reflexões, discussões daqueles que dela se utilizam ou mesmo de uma realidade traduzida nos anseios de professores, pais e estudantes.

Martins (1985, p.20-21) referindo-se à política educacional desenvolvida no período autoritário pós-64 salienta que:

*Essa política não se restringiu ao educacional e significou o exercício de poder de uma minoria sobre a grande maioria social, no âmbito do sistema escolar público. Com o planejamento de cima para baixo da tecnocracia, a política educacional se reduz a uma questão técnica, uma tentativa de simbolizar e dominar a realidade, fragmentando-a em etapas com o objetivo de discipliná-la. O planejamento, um instrumento para a concretização da política educacional, quando é tecnocrático e obedece a uma orientação platônica, não é flexível, não sofre mudanças de acordo com a dinâmica da realidade.*

Os acordos MEC-USAID sempre foram envolvidos por uma rede de proteção por parte dos ministros da educação <sup>11</sup>a ameaça realizada pelo deputado Marcio Moreira Alves<sup>12</sup> de levar Tarso Dutra ao Congresso para processá-lo por crime de responsabilidade, trouxe a possibilidade de se ter mais acessos a essas informações e documentos relativos a esses acordos.

*Os ministros que assinaram os acordos entre o Governo brasileiro e a Embaixada Norte-Americana no setor da educação tiveram a consciência exata de que estavam sancionando documentos contrários ao interesse nacional. Este o motivo de haverem procurado sonegar à opinião pública as informações referentes aos acordos. A tentativa de sonegação foi ao ponto de procrastinarem enormemente a entrega das informações que deviam ao Congresso nacional. Assim agiram tanto os senhores Suplicy de Lacerda e Raimundo Moniz de Aragão como o senhor Tarso Dutra, que ao Congresso só prestou in-*

formações depois de haver contra ele iniciado um processo de crime de responsabilidade. (ALVES, 1968, p.23).

No entanto o próprio Deputado Marcio Moreira Alves Salienta que: “não temos, entretanto, nenhuma informação sobre os seus resultados. Os planos feitos pela USAID para os ensinos primário, médio e superior não foram publicados”. Sendo, portanto encontrados apenas documentos esparsos, apesar das limitações impostas à tentativa de se compreender esse momento da educação brasileira alguns documentos significativos que corresponderiam a acordos firmados foram preservados. Aqui nos cabe compreender apenas os relacionados ao correspondente ensino de 1º e 2º graus, visto pelo Deputado como ensinos primário e médio.

O primeiro acordo envolvendo o ensino médio, foi realizado em 31 de março de 1965, assinado pelo então Ministro Moniz de Aragão. Nesse documento, na parte referente à situação atual, é feito um diagnóstico da ineficiência das estruturas locais ligadas à educação, destacando-se, os Conselhos de Educação, as Secretarias Estaduais, além de outras autoridades, deslocando a responsabilidade de gerenciamento da educação, por parte da sociedade local, transferindo a administração bem como as discussões em torno das soluções e dos eventuais problemas para uma esfera mais centralizadora e distante do Brasil, salientando que as demandas por educação necessitavam de soluções mais eficientes na geração rápida de oportunidades.

Uma das características marcantes da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, atualmente em vigência no Brasil (Nº 4024, de 20 de dezembro de 1961), é o grau de responsabilidade que a mesma atribui aos Estados, no que tange ao ensino primário e secundário. Embora este aspecto da Lei tenha sido bem recebido pelos educadores brasileiros, que o consideram uma forma desejável de descentralização do controle do ensino, surgiram algumas dificuldades de ordem prática nos três últimos anos, a partir da data em que a Lei passou a vigorar. A maior parte dessas dificuldades sobreveio em razão do fato de os Conselhos Estaduais de Educação, as Secretarias e outras autoridades estaduais de educação carecem de experiência quando à formulação de planos estaduais de ensino que consultassem os Estados e a disponibilidade de seus recursos, tanto humanos como materiais. O fato de ressentirem-se as autoridades estaduais de experiência na formulação de planos viáveis, notadamente o que se refere ao nível secundário, tornou-se um problema crucial, em face da crescente demanda para a

juventude brasileira. Efetivamente, apenas uma reduzida parcela de estudantes brasileiros (5 por cento) conclui o curso secundário (em confronto com 60 por cento nos Estados Unidos); o currículo, métodos didáticos, instalações e o material de ensino acham-se sensivelmente desatualizados e aquém das exigências de hoje. (ALVES, 1968, p.60).

A interferência de técnicos americanos é algo notório, isso nos leva a acreditar que a educação, como vem sendo realizado ao longo desse trabalho, estava constantemente em transformação, fazendo parte de um conjunto de propostas reformistas e modernizadoras levadas à sociedade pelo Estado, esse tecnicismo com o discurso da eficiência, ajudavam a legitimar as ações de governos frente a sociedade, há exato um ano, o golpe militar leva a essa mesma sociedade a possibilidade de vê-la trilhando o caminho do desenvolvimento, com ordem, além do apoio de técnicos competentes, nega-se ou sufoca-se a possibilidade de termos ao longo da História intelectuais ou mesmo setores da sociedade capazes de pensar a educação de seu país.

*A AD/W firmará um contrato com a instituição dessa especialidade nos Estados Unidos com vistas a assegurar os serviços de quatro consultores norte-americanos por um período de 24 meses e de outros assessores-técnicos que se fizerem necessários. Esses consultores trabalharam diretamente com funcionários designados pelo Ministério, pelas DES (Diretoria do Ensino secundário) e pelas secretarias Estaduais de Educação. (ALVES, 1968, p.61).*

Nas disposições gerais, a peça chave que faltava no desenvolvimento de mecanismos de legitimação:

*As partes brasileiras do presente Convênio enviarão os melhores esforços para dar publicidade ao andamento e realizações deste Projeto, através da imprensa, rádio e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança para o Progresso. (ALVES, 1968, p.63).*

Em janeiro de 1968 um novo acordo é realizado, este, atuaria diretamente sobre a elaboração de mecanismos mais eficientes para planejamento educacional e serviços consultivos, e nele deve ser observado, analisando o próprio texto do acordo, as evidências de que os acordos MEC-USAID deixaram de ser um conjunto de documentos esquecido na mesa da burocracia estatal, ou um mito como afirma

Jarbas Passarinho, chegando a ser efetivado através de ações concretas como será exposto abaixo.

## I / SITUAÇÃO ATUAL

Depois da assinatura, em 31 de março de 1965, do convênio inicial para assistência técnica relativa ao planejamento do ensino médio, tornou-se efetivo um contrato da USAID com a San Diego State College Foundation, a fim de assegurar os serviços de quatro peritos em regime de tempo integral e de outros, na medida do necessário, por curto prazo, que deveriam constituir, juntamente com quatro especialistas brasileiros em ensino médio, um núcleo para aconselhamento e assistência técnica aos serviços de educação dos estados brasileiros. Os quatro peritos americanos chegaram em janeiro de 1966, sendo a seguir designados pela DES os membros brasileiros do grupo. O grupo de oito pessoas assim formado foi denominado de Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). (ALVES, 1968, p.66).

Ainda em dezembro de 1966, mais um acordo é firmado devendo atuar sobre a formação de professores. Um convênio bem mais amplo que envolveria órgãos ligados ao desenvolvimento regional, como foi o caso da SUDENE, ainda estado afinado com a Aliança para o Progresso, já que seriam seguidos princípios da Carta de Punta del Este.

## II / FINALIDADE

A finalidade deste acordo é a criação do Centro de Treinamento Educacional junto ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). As verbas em cruzeiros serão fornecidas pelo CONTAP e serão utilizadas na construção, na aquisição de equipamento, material didático e veículos. (ALVES, 1968, p.72).

O sistema educacional brasileiro foi entregue, como foi atestado, aos americanos, devendo dar um direcionamento no sentido de reestruturar a educação brasileira, seguindo as orientações estabelecidas pelos acordos internacionais. As reformas sugeridas refletiram sobre uma das comissões mais importantes na definição da política educacional do final da década de 1960 e começo da década seguinte, a Comissão Meira Matos, sendo alvo de protesto como salienta Jacob Gorender (1999, p.158):

Os chamados Acordos MEC-USAID orientavam a americanização do ensino e suscitaram protestos de alunos e professores. O afastamento de numerosos professores mutilou os corpos docentes. O proposital desmantelamento se abateu sobre a Universidade de Brasília, criada o pela iniciativa arrojada de Darcy Ribeiro e então o que existia de mais avançado no ensino superior.

A Comissão Meira Matos<sup>13</sup> surge em 1967 sendo composta por membros<sup>14</sup> dos mais diversos segmentos da sociedade. Seu presidente, o general Meira Matos<sup>15</sup>, conduz os trabalhos no sentido de diagnosticar a real situação, dentro de funções previamente definidas, da educação nacional. O regime vinha sofrendo forte oposição, os estudantes estavam na linha de frente nessas questões, a reforma universitária seria crucial na tentativa de criar mecanismos de desmobilização. Como salienta Willington Germano (2000, p. 127):

Além de incorporar as idéias básicas necessárias à expansão e racionalização da universidade, com a adoção do ciclo básico, ciclo profissional, matrícula por semestre, alteração no regime de trabalho dos professores, inclusive melhoria salarial etc., o Relatório concedeu particular atenção aos itens referentes à ordem e a à disciplina. Esse Relatório enfatizou a necessidade de restaurar a autoridade, no âmbito escolar. Para isso, propunha uma mudança no processo de escolha dos dirigentes universitários, excluindo a participação dos seus próprios pares e centralizando o poder de decisão nas mãos do Presidente da República.

Um dos interlocutores do regime de certa forma mais atuantes nessa área da educação foi o Ministro Jarbas Passarinho, convidado por Médice tinha uma missão honrosa, como salienta o próprio presidente, afirmando textualmente, “querer causar um impacto na juventude”<sup>16</sup>. De início o já empossado ministro declara, sobre os *acordos MEC-USAID*: “não foi sem grande surpresa que ao estudar o assunto, verifiquei que o acordo jamais fora concretizado, pois o ministro Tarso Dutra nunca nomeou a representação brasileira, na parceria”<sup>17</sup>. O objetivo de Passarinho, de acordo como suas próprias declarações, era de atuar sobre questões de natureza disciplinar, que por sinal era uma das preocupações dos governantes nesse instante, já que os

movimentos estudantis ganhavam força dentro do contexto contestatório, que naquele instante se organizava, furtando-se inclusive de utilizar do Decreto-Lei Nº 477<sup>18</sup>. Reafirma através das colocações abaixo, a falta da necessidade<sup>19</sup> de utilizar-se de instrumento de coação para manter a lei e a ordem dentro das universidades.

Reabri Diretórios ou Centros Acadêmicos, abortei greves em preparação, retirando seus motivos, sem praticar uma só violência. Colhi a resposta, ao receber 17 títulos de Doutor Honoris Causa de universidade, cinco delas católicas, e todas com o voto dos estudantes partícipes dos Conselhos Universitários. Paraninfei turmas de Universitários, de educandários Públicos como particulares, em quase todos os Estados da União. Fui o primeiro paraninfo coletivo dos diplomatas pela Universidade de Brasília, em 1970, prova de que a esquerda radical não a dominava. (PASSARINHO, 1996, p.370)

Os *acordos MEC-USAID* não passaram na concepção de Passarinho, de um mero, mais importante, diagnóstico sobre a situação do ensino público brasileiro, em seus mais diversos níveis. Com ele foram feitas uma série de sugestões para a reestruturação da Educação, em destaque, o ensino universitário. Dessa forma fica evidente, o que vem se tornando uma prática de governos e interlocutores, a nomeação de comissões de notáveis para o encaminhamento de soluções, sem que se verifique a participação de amplos setores da sociedade.

O Acordo MEC-USAID não passou de um trabalho acadêmico, por sinal valioso como diagnóstico da educação que o Brasil oferecia ao seu povo. Os professores brasileiros Fernando Carneiro, Laerte Carvalho, Osmar Ferreira e Rubens Horta Porto forma muito felizes no Raio-X que fizeram dos três níveis de educação no Brasil. Sugeriram revisão dos *currícula*, modificação no vestibular, recursos para educação, adoção da departamentalização, incremento da pós-graduação, concluindo pela necessidade de uma reforma universitária, o que foi feito no Governo Costa e Silva. Dela foi encarregada uma comissão de mestres, entre os quais Antônio Couceiro, João Lira Filho, Newton Sucupira, Roque Spencer Macielde Barros e Valnir Chagas, bem como o Padre Fernando Bastos de Ávila e o economista e professor João Paulo dos

Reis Veloso, sob a direção do próprio ministro Tarso Dutra. (PASSARINHO, 1996, p.372).

A presença de militares nas estruturas administrativas da educação brasileira, ou delas se valendo na condição de gestores ou como parte integrante de comissões especiais tornavam-se comuns no período pós-1964, no entanto essa presença foi mais intensa nos momentos que as reformas efetivas estavam sendo constituídas e prestes a serem postas em prática. Chama atenção na composição da Comissão Meira Matos, que irá influenciar sobre os destinos da educação, como foi salientado, dois membros eram da Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>20</sup>.

A ESG, como é chamada, desenvolve suas ações a partir da Doutrina de Segurança Nacional, ela demarca sua atuação, através de seus diversos alunos e ex-alunos que nesse instante comporiam os mais diversos cargos-chave da administração pública nacional, sem, é claro, nos esquecer da educação. Esse envolvimento fazia parte de uma ampla ação no sentido de afastar as principais lideranças civis das grandes questões nacionais, que, por sua vez estivessem voltadas para os grandes temas de interesse da sociedade, conduzindo a partir daí a montagem de caminhos que levassem a legitimação, deixando claro a preocupação com relação aos grandes temas, oferecendo à sociedade a competência técnica e habilidade no encaminhamento nas soluções que atendessem aos anseios nacionais.

Assim ao se analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas fases: a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar; a segunda, depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada da democracia e legitimidade. (BORGES, 2003, p.16)

O papel da ESG na atuação dentro das diversas funções da administração pública chegou a níveis consideráveis:

O esforço da Escola Superior de Guerra de treinar pessoal de alto nível para exercer funções de segurança nacional foi tão levado a sério que, por volta de 1979, 27,8% dos cargos civis da administração pública, direta e indireta, foram preenchidos por militares. (GÓES apud BORGES, 2003, p.20).

A Doutrina de Segurança Nacional<sup>21</sup> não se desvincula da realidade internacional em torno de uma visão mais ampla conhecida como geopolítica, esta por sinal foi bem recebida pelos militares<sup>22</sup> no Brasil sendo apontadas três características básicas:

O espaço político, a posição física, a segurança interna e externa, e as vantagens positivas da terra. E mais: a “geopolítica é uma arte que se filia à política e, em particular, a estratégia ou política de segurança nacional. (COUTO E SILVA apud BORGES, 2003, p. 26).

Os militares desenvolveram uma concepção alicerçada em uma doutrina que tinha a segurança nacional como foco, a repressão aos movimentos de contestação ao regime foi feita de forma violenta sendo encarados, seus integrantes, como verdadeiros inimigos, a investigações nesse sentido, em torno do que chamaríamos de luta armada, além das restrições de liberdade individual e coletiva são destaque nos estudos dos diversos intelectuais brasileiros interessados pelo tema. As legislações educacionais do período devem ser analisadas dentro desse contexto, podendo refletir, mesmo que de forma mais sutil, tais fundamentos faziam parte do repertório ideológico dos militares brasileiros nesse período. O envolvimento de militares na condução das ações educacionais é no mínimo estranha já que não tinham ligações históricas, analisando as carreiras de figuras destacadas como Meira Matos e Jarbas Passarinho, com educação pública do Brasil, mesmo assessorados por civis, sempre estavam a frente na condução das principais ações, com isso concluímos que vem sendo observado é a montagem de um Estado de perfil militar<sup>23</sup> onde a educação também foi vítima.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Márcio Moreira Alves. Baeabá dos Mec-Usaid. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.  
BORGES, Nilson. A Doutrina da Segurança Nacional e os governos Militares. In: FERREIRA, Borges; DELGADO, Lucilia

- de Almeida Neves.(org.). O Brasil republicano: O tempo da Ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil Anos 60: Pacto do Silêncio. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- GERMANO, José Willington Germano. O Estado Militar e a Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Editora Unicamp, 2000.
- GORENDRER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- VILLA, Agudelo Hermano. La Revolución Del Desarrollo. Origen Y Evolución De La Alianza para El progreso. México D.F.: Editorial Robble, 1966.
- MARTINS, Clélia. O que é Política Educacional. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1990.
- PASSARINHO, Jarbas. Um Híbrido Fértil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

## Consultas na Internet

[http:// www.esg.br/](http://www.esg.br/)

[http:// www.redegoverno.gov.br/](http://www.redegoverno.gov.br/)

## NOTAS

\* Parte integrante da dissertação de Mestrado com o título: A REFORMA LEI 5692/71 E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO CEARENSE.

\* Historiador, Especialista em Metodologias do Ensino de História e mestrando em Educação Brasileira, ligado ao Núcleo de História e Memória da Educação (UFC) (e-mail: [jeimesmazza13@ibest.com.br](mailto:jeimesmazza13@ibest.com.br))

<sup>1</sup> “A Aliança para o Progresso (Alianza para el Progreso) foi um programa de ajuda econômica e social dos Estados Unidos da América para a América Latina efectuado entre 1961 e 1970. A sua origem remonta a uma proposta oficial do Presidente John F. Kennedy, no seu discurso de 13 de Março de 1960 durante uma recepção, na Casa Branca, aos embaixadores latino-americanos. O discurso foi transmitido pela Voz de América em inglês e traduzido em espanhol, português e francês. A Aliança duraria 10 anos, projectando-se um in-

vestimento de 20 mil milhões de dólares, principalmente da responsabilidade dos Estados Unidos, mas também de diversas organizações internacionais, países europeus e empresas privadas. A proposta foi depois pormenorizada na reunião ocorrida em Punta del Este, Uruguai, de 5 a 17 de Agosto, no Conselho Interamericano Económico e Social (CIES) da OEA. A Declaração e Carta de Punta del Este foram ambos aprovados por todos os países presentes, com a excepção de Cuba. A rejeição de Cuba não é de estranhar, já que a Aliança era claramente uma forma de resposta à Revolução Cubana. A Aliança foi extinta em 1969 por Richard Nixon.” (VILLA, 1966).

<sup>2</sup> (FAZENDA, 1985, p.57)

<sup>3</sup> “Roberto Campos, um dos principais interlocutores da ditadura na área econômica, foi membro do Comitê Interamericano para Aliança para o Progresso representando o Brasil, Equador e Haiti (1964/1967)” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS) (grifo meu).

<sup>4</sup> “O CIAP possuía um órgão específico para o controle das atividades e projetos ligados a educação o CIES ( Conselho Interamericano Económico e Social). Este por sinal em reuniões realizadas em 1963 previa a “adoção em cada país de planos integrais de educação encaminhados alcançar metas precisas na próxima década, afim de elevar o nível cultural dos povos da América Latina e capacitá-las na participação construtiva do desenvolvimento econômico e social” (CIES apud FAZENDA, 1985, p.57)” (grifo meu)

<sup>5</sup> (FAZENDA, 1985, p.62).

<sup>6</sup> Ver o detalhamento dessa tese em (ROMANELLI, 1990, p.205 e 206)(grifo meu)

<sup>7</sup> (ROMANELLI, 1990, p.205)

<sup>8</sup> (CUNHA apud ROMANELLI, 1990, p.205)

<sup>9</sup> Termo usado por Cunha (grifo meu)

<sup>10</sup> “Colocada a questão nesses termos ,passemos agora a descrição sintética dos objetivos práticos a que visa a AID ( Agency for International Development), através da estratégia: a) estabelecer uma relação de eficácia entre os recursos aplicados e produtividade do sistema escolar ; b) atuar sobre o processo escolar em nível de microsistema, no sentido de “melhorarem” conteúdo, métodos e técnicas de ensino; c) atuar diretamente sobre as instituições escolares , no sentido de conseguir dela uma função mais eficaz para o desenvolvimento ;d) modernizar os meios de comunicação de massas, com vistas à melhoria da “informação dos domínios da educação extra-escolar”; reforçar o ensino superior , “com vista ao desenvolvimento nacional “ ” (ROMANELLI, 1990, p.196).

<sup>11</sup> “Senhores Suplicy de Lacerda, Raimundo Moniz de Aragão como o senhor Tarso Dutra” (ALVES, 1968, p. 23)

<sup>12</sup> Elegeu-se Deputado Federal pelo Estado da Guanabara pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) (grifo meu)

<sup>13</sup> “A comissão Meira Matos tinha uma dupla função: a) Atuar como interventora nos focos de agitação estudantil e b) estudar a crise em si, para propor medidas de reforma. Sob este aspecto, o relatório que ela apresentou nada mais fez do que reforçar as propostas surgidas com os Acordos MEC-USAID.” (ROMANELLI, 1990, p.197 )

<sup>14</sup> “Tal comissão composta por cinco membros, era presidida pelo General de Brigada Meira Matos pertencente ao corpo da ESG, dela fazendo parte o Coronel Aviador Waldir de Vasconcelos, secretário geral do Conselho de segurança Nacional.” (GERMANO, 2000, p.127)

<sup>15</sup> “O general Meira Matos, um dos oficiais ligados ao ‘castelismo’ na Escola Superior de Guerra e executor das tarefas mais sujas do governo de Castelo Branco – intervenção em Goiás, chefia das tropas de ocupação de São Domingos e fechamento do Congresso.” (ALVES, 1968, p.22)

<sup>16</sup> (PASSARINHO, 1996, p.367)

<sup>17</sup> (PASSARINHO, 1996, p.370)

<sup>18</sup> “O artigo 477, como é conhecido, tratava-se de um dos mais importantes instrumentos para a compreensão de que as legislações tinham uma conotação que extrapolava as questões pertinentes, ou específicas de esse tema, como currículos, práticas pedagógicas, formação de professores, além de outras características. Publicado em 26 de Fevereiro de 1969 e apoiado no Ato institucional nº 5, estabelece os modelos de infração e punição para professores, alunos e funcionários ligados aos ensino público e privado.” (grifo meu)

<sup>19</sup> “Durante os quatro anos e três meses de minha gestão no MEC, decidi por 106 absolvições contra 39 aplicações do 477. Em discurso ao Senado Federal, em 1975, reptei a oposição a provar que qualquer dessas 39 punições não tinha relação com a militância ativista em partidos ou facções revolucionárias, em plena luta armada para a conquista do poder. Nunca senadores como Marcos Freira, Paulo Brossard, Franco Montoro, Itamar Franco, Henrique Santilho, ou quaisquer outros opositoristas puderam contestar-me”. (PASSARINHO, 1996, p.369).

<sup>20</sup> A Escola foi idealizada, em princípio, para ministrar o Curso de Alto Comando apenas para militares, entretanto, terminou sendo organizada para receber, também, civis, sendo criado o Curso Superior de Guerra (CSG). O curso destinado, exclusivamente, para militares, Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) co-

meçou a funcionar em 1954. O General Cordeiro de Farias foi o primeiro Comandante da ESG, no período de 1º de setembro de 1949 a 11 de dezembro de 1952. O General Juarez Távora, depois de realizar o curso da Escola, foi o seu segundo Comandante. No dia 15 de março de 1950, com a presença do então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, iniciou-se o ano letivo da ESG, sendo a Aula Inaugural proferida pelo General César Obino, no auditório da antiga Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia (IME). (PORTAL DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES – REDE GOVERNO)(grifo meu)

<sup>21</sup> “O Golpe e a manutenção do Regime Militar de 1964 estão inscritos na Doutrina de Segurança Nacional, originária dos Estados Unidos. Criada na época da Guerra Fria, nascida do antagonismo leste-oeste, a Doutrina De Segurança Nacional fornece intrinsecamente a estrutura necessária à instalação e à manutenção de uma Estado forte ou de uma determinada ordem social.” (BORGES, 2003, p.24)

<sup>22</sup> O general Meira Matos, um dos principais condutores da Comissão que recebe seu nome, e que deveria oferecer soluções para a educação brasileira segundo Nilson Borges (2003, p.25), foi um dos grandes artífices da geopolítica no Brasil. (grifo meu)

<sup>23</sup> (BORGES, 2003, p.26)